

Entre sabiás e arraias: etnografia multiespécies do pátio de uma enfermaria psiquiátrica

Túlio Maia Franco¹

Doutor em Antropologia Cultural/Universidade Federal do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0000-0001-8405-8522>

tuliofranco90@gmail.com

“O delírio é geográfico-político”.

(Gilles Deleuze & Claire Parnet, *O abecedário de Gilles Deleuze*).

Introdução

O hospital psiquiátrico é fruto da espacialização da loucura. Aliás, talvez seja mais preciso dizer que o que ocorreu foi uma *contra*espacialização da loucura, a invenção de um espaço outro ao qual são destinados os loucos — uma “heterotopia”, como a nomeou Foucault (2013). O autor propõe que o hospital psiquiátrico é um tipo de heterotopia que dá lugar à crise dos indivíduos transformando-a em desvio, “isto significa que os lugares que a sociedade dispõe em suas margens, nas paragens vazias que a rodeiam, são antes reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à média ou à norma exigida” (Foucault, 2013, p. 22). São espaços que recortam o tecido social, rearticulando-o em novos termos, como descreve o filósofo: “as heterotopias possuem um sistema de abertura e de fechamento que as isola do espaço circundante” (Foucault, 2013, p. 26). Foucault dedicou-se a descrever essa espacialização da loucura, em um primeiro momento privilegiando sua emergência na história da razão ocidental (Foucault, 2010a),

1 Este artigo deriva da minha pesquisa de doutorado (Franco, 2025) que contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Agradeço às contribuições dos debatedores e coordenadores do “SPG 03: Artes do manejo e do cuidado: práticas ecológicas de criação de mundo” do 48º Encontro Anual da ANPOCS, realizado entre 16 e 25 de outubro de 2024, no qual foi apresentada uma versão prévia deste texto. Também agradeço aos pareceristas pelos valiosos comentários a este artigo.

posteriormente analisando-a pelo estudo das práticas discursivas que inscreveram a loucura no interior de um “dispositivo de poder” (Foucault, 2006, p. 17) produtor de sujeitos psiquiatrizados².

A arquitetura do hospital psiquiátrico preserva, de maneira mais ou menos estereotípica, o panóptico como sua forma ideal. Trata-se de um modelo cuja “microfísica do poder” (Foucault, 2010b, p. 134) é constituída por um conjunto de tecnologias, tramas materiais-semióticas, que “definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo”. Através dessas técnicas de poder, o corpo e discurso dos pacientes são submetidos ao escrutínio do olhar e escuta de psiquiatras e psicólogos, seja nos espaços reservados para isso, as consultas, seja nos espaços oficiosos, como nos corredores, leitos ou no pátio das enfermarias psiquiátricas pelos quais se espalham os internos entediados. Na enfermaria em que desenvolvi a pesquisa de campo do meu doutorado, por exemplo, era comum entre os profissionais a prática de observar os pacientes no pátio, fora da situação de entrevista psiquiátrica, para avaliar seu “verdadeiro” estado mental. Os trabalhadores compreendiam que na consulta os pacientes poderiam dissimular seu quadro clínico para a equipe; já no pátio, era possível ver os internos sem ser visto por eles – o que permitiria notá-los em sua “espontaneidade”.

Se, do ponto de vista dos trabalhadores, o pátio era parte da máquina panóptica “de dissociar o par ver-ser visto” (Foucault, 2010b, p. 191), da perspectiva das pessoas internadas o pátio era experimentado para além do jogo panóptico. Por um lado, o pátio era acionado como parte do dispositivo da internação psiquiátrica e, como tal, tinha a função biopolítica de, ao mesmo tempo, permitir com que se conhecesse os pacientes para melhor vinculá-los à maquinaria terapêutica. Por outro, neste artigo estou interessado em pensar outro aspecto do pátio, seu caráter “alterbiopolítico” (Puig de la Bellacasa, 2017), como um lugar de abertura da enfermaria para outros coabitantes, mais que humanos³, que também participam do cuidado com os internos. Como argumenta María Puig de la Bellacasa (2017, p. 166), deslocar-se da perspectiva biopolítica do cuidado não se

2 Esta divisão é do próprio Foucault (2006, p. 17), “Em suma, eu havia concedido um privilégio ao que poderíamos chamar de percepção da loucura. Ora, agora eu queria tentar ver, neste segundo volume, se é possível fazer uma análise radicalmente diferente, no sentido de que eu queria ver se não se pode colocar no ponto de partida da análise, não mais essa espécie de núcleo representativo que remete necessariamente a uma história das mentalidades, do pensamento, mas um dispositivo de poder. Ou seja: em que medida um dispositivo de poder pode ser produtor de certo número de enunciados, de discursos, e por conseguinte, de todas as formas de representações que podem posteriormente daí decorrer?”.

3 A expressão “mais que humanos” abarca humanos e não humanos. Anna Tsing (2019, p. 119) observa que “Se social significa ‘produzido em relações intrincadas com outros significantes’, claramente outros seres vivos não humanos são totalmente sociais — com ou sem humanos”, e conclui, “O conceito de socialidade não faz distinção entre humano e não humano: a ‘socialidade mais que humana’ inclui ambos”.

restringe a pensá-lo para além de um “nós” antropocêntrico, tampouco “colocar os outros antes de nós mesmos”. Uma perspectiva alterbiopolítica entende que “o cuidado está entranhado nas práticas que mantêm teias de relacionalidade e está sempre acontecendo entre”. Essa forma de pensar “requer movimentos especulativos que descentram a ‘eticidade’ e a alocam como uma força distribuída através de múltiplas agências que fazem as relações mais que humanas” (Puig de la Bellacasa, 2017, p. 129). Essa maneira de conceber o cuidado, desloca-o de uma dimensão normativa (uma obrigação moral) para uma condição ontológica (uma descrição de nossas existências). Nas palavras da autora, “A interdependência não é um contrato, tampouco um ideal moral — é uma *condição*. Portanto, o cuidado é concomitante à continuação da vida para muitos seres vivos em emaranhados mais que humanos” (Puig de la Bellacasa, 2017, p. 70, grifo no original). Trata-se, neste texto, de narrar a interdependência entre as pessoas internadas, abelhas, formigas, sabiás, moscas, arbustos, árvores, plantas e todas as outras criaturas que compunham o pátio, como cuidado. Não pretendo afirmar que a fauna e a flora que vivem no hospital se importam com seus vizinhos humanos, mas sim que eles impactam a vida das pessoas internadas, pois assumem com elas uma relação de correspondência e coabitação. Ao longo dessas relações, animais e plantas compartilham suas vulnerabilidades com pessoas vistas, frequentemente, como menos que humanas.

Nas palavras de Tim Ingold (2020, p. 48), “Para cuidar dos outros, então, devemos permiti-los estar em nossa presença para que, assim, possamos estar presentes para eles”. O cuidado pressupõe a correspondência e, portanto, implica uma forma de atenção ao “mundo em que vivemos, e de seus múltiplos habitantes humanos e não-humanos,” que “não é tanto sobre compreendê-los, mas restaurá-los à presença, para então atender e responder ao que eles têm a dizer” (Ingold, 2020, p. 49). Como veremos a seguir, ao descrever as relações entre pacientes e outras criaturas que habitam o pátio restauramos à presença estes seres frequentemente negligenciados. Como escreve María Puig de la Bellacasa (2017, p. 56), “No mundo como o conhecemos prestar atenção ao cuidado como uma ação necessária direciona a atenção para coisas negligenciadas e ações desvalorizadas que são realizadas em todos os contextos pelos mais marginalizados”.

Neste trabalho, pretendo insistir que para além dos cuidadores humanos (técnicos em enfermagem, enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, psiquiatras, clínicos gerais etc.) devemos incluir toda uma gama de coisas, plantas e outros animais além dos humanos como parte do cuidado praticado na enfermaria. Estes últimos agentes eram os responsáveis por trazer, junto ao pátio, um alívio ao fechamento da internação; incluí-los na descrição etnográfica tem como intuito “reafetar um mundo objetificado” (Puig de la Bellacasa, 2017, p. 64). Ou seja, partindo de uma perspectiva natural-cultural,

pretende-se, ao mesmo tempo, “‘desobjetificar’ mundos não-humanos ao expô-los em sua vivacidade e agência” e “‘dessubjetivar’ o humano ao tentar pensá-lo como uma forma de agência ontológica dentre outras” (Puig de la Bellacasa, 2017, p. 141). Anna Tsing (2019, p. 120) chamou este esforço de “descrição crítica” que atua “Na intersecção entre etnografia e história natural” e deseja “aprender sobre como os humanos e outras espécies criam modos de vida através de redes de relações sociais”.

Nota metodológica: uma etnografia do/em um pátio psiquiátrico

Ao longo deste texto, descrevo o pátio da enfermaria psiquiátrica como contexto e personagem etnográfico. Isto é, narro cenas que se deram *em* um pátio, mas também cenas *do* pátio como seu protagonista. O objetivo desta etnografia é compreender como o pátio e suas criaturas atuam enquanto agentes do cuidado da população de internos. Meu trabalho de campo consistiu-se em acompanhar parte da vida dos internos e trabalhadores da enfermaria psiquiátrica masculina. Para isso, frequentei o hospital duas vezes por semana, de manhã até o final da tarde, no primeiro dia, e na parte da manhã no segundo. Minhas atividades se iniciaram no final de outubro de 2020 e acabaram em setembro de 2021. Realizei entrevistas com parte dos membros da equipe assistente e residentes em psiquiatria, participei das reuniões do setor, frequentei o interior da enfermaria, convivi com as pessoas internadas, acompanhei consultas e a supervisão dos residentes. A pesquisa obteve autorização tanto do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CEP-CFCH) da UFRJ, quanto da Divisão de Ensino e Pesquisa do hospital psiquiátrico.

O período do trabalho de campo coincidiu com a pandemia de COVID-19. No interior da enfermaria as consequências do novo coronavírus foram inúmeras; cito algumas: 1) a frequência de consultas diminuiu para reduzir a aglomeração de pessoas; 2) assim como foram interrompidas as atividades coletivas entre os pacientes, como as oficinas em grupo; 3) o horário de visitas foi limitado a um turno apenas, das 15:00 às 17:00, antes os familiares e amigos poderiam visitar os internos na parte da manhã; 4) limitou-se a quantidade de visitantes para um e o tempo da visita para 15 minutos; 5) criou-se o “isolamento”, um espaço onde eram encaminhados os casos suspeitos e confirmados de COVID-19; 6) encerraram as “licenças médicas”, no período anterior à pandemia, um paciente poderia ter autorização médica para ficar um tempo determinado fora do hospital; 7) restringiu-se a livre circulação pelo hospital; 8) apesar da orientação para que os profissionais incentivassem os pacientes a usar máscara, o artefato tinha pouca adesão entre os internos, o que gerava uma maior exposição do seu público à

contaminação viral. De forma geral, é possível concluir que os mecanismos disciplinares do hospital se acirraram com a epidemia. Ao longo do trabalho de campo, com a vacinação de trabalhadores e pacientes, algumas dessas medidas foram relaxadas, embora não se tenha voltado completamente ao funcionamento regular até o fim da pesquisa. Estas medidas acarretaram consequências para a dinâmica do funcionamento do pátio. Por ser um espaço ao ar livre as consultas eram feitas no pátio e, posteriormente, com a vacinação da população de internos e trabalhadores, elas voltaram a ser feitas na sala no interior da enfermaria. A limitação da saída dos pacientes também acabou tornando o pátio ainda mais relevante para os pacientes, pois ele encarnava a possibilidade de ter contato com o lado de fora do hospital, ainda que se estivesse no interior da enfermaria.

Enquanto *lugar* podemos descrever o pátio como parte da estrutura arquitetônica da enfermaria do hospital psiquiátrico etnografado. São encaminhados para as enfermarias masculina ou feminina⁴, chamadas oficialmente de Serviço de Internação Masculino (SIM) e Serviço de Internação de Agudos Feminino (SIAF) respectivamente, todos aqueles e aquelas que adentraram a emergência psiquiátrica do hospital e foram considerados em um quadro clínico intenso demais para ser dispensados para casa. Tanto no SIM quanto no SIAF eram internados voluntária ou involuntariamente “pacientes agudos”⁵. Ambas as enfermarias possuíam pátios, mas tinham características particulares. Ao longo do trabalho de campo, eu pude conhecer ambos os espaços, pois apesar de ter obtido permissão do hospital para acompanhar exclusivamente o funcionamento do SIM, o serviço trocou de lugar com a enfermaria feminina depois de algum tempo que eu havia iniciado a pesquisa.

Com o aumento da demanda por internação masculina, a direção do hospital achou por bem aumentar as vagas da enfermaria e trocá-la de lugar. O aumento no número de internações era atribuído pelos funcionários e gestores como uma consequência da pandemia de COVID-19. Com o esvaziamento das atividades coletivas dos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), nos quais a assistência psicossocial se dá em liberdade, e a baixa no estoque de medicamentos psicotrópicos na rede de saúde como um todo, acreditava-se que um maior número de pacientes estava em “crise psiquiátrica” sem o apoio adequado para contorná-la.

A maior diferença entre uma enfermaria e outra era que enquanto na primeira os pacientes tinham acesso livre ao pátio, na segunda este acesso foi consideravelmente limitado. A justificava que a equipe dava para este fechamento era que houve um aumento

4 Algumas pessoas também eram encaminhadas para o Serviço de Álcool e Drogas (SAD), ainda que de forma residual.

5 Na prática, mesmo que alguém se interne voluntariamente sua desinternação está condicionada pela autorização médica.

no número de fugas na segunda enfermaria em relação à primeira. Enquanto nesta quem estivesse no pátio poderia ser observado pelos funcionários livremente, naquela, pela configuração de sua planta, os pontos cegos para o observador haviam se multiplicado, assim como os próprios pacientes teriam descoberto regiões de vulnerabilidade na arquitetura do lugar que favoreciam sua fuga.

Na primeira enfermaria, a maioria dos leitos fica na frente de uma pequena bancada gradeada onde funciona o posto de enfermagem. Os pacientes permaneciam expostos ao olhar dos funcionários, salvo os poucos que ocupavam uma outra sala, ao final do corredor, depois das salas de equipe e da enfermagem. Passando pelo posto, há uma porta que dá acesso ao pátio. Na área externa, rodeada por arbustos e árvores espaçadas, espalham-se alguns bancos. O lugar é grande o suficiente para que alguns pacientes conseguissem tomar ar fresco. Na parte coberta do pátio, havia um aparelho de som sempre ligado em alguma estação de rádio.

Na segunda, o grande pátio é majoritariamente composto de concreto com alguns arbustos esparsos em canteiros; ao longo de sua extensão, há bancos em alvenaria para acomodar os transeuntes. No interior dessa enfermaria, ela divide-se em salas administrativas e a ala em que dormiam os pacientes. Esta última conta com um amplo espaço para acomodação de leitos coletivamente dispostos e outros individuais que ficam ao longo do corredor, distribuídos em baias, para os quais eram destinados os pacientes mais “instáveis”. Para ir desta ala ao pátio, passa-se pelo posto de enfermagem para ter acesso ao corredor no qual se encontra a porta para o pátio.

Ao contrário da primeira enfermaria, a porta que dá acesso ao pátio da segunda enfermaria permanecia fechada a maior parte do tempo. Apesar da ponderação de um dos funcionários de que “fechar o pátio vai deixá-los [os pacientes] mais agitados, mais nervosos”, ele foi voto vencido. De fato, o que o trabalhador temia, e outros, como o próprio diretor que havia dito explicitamente que o aumento de vagas poderia resultar em mais brigas entre os internos, aconteceu. Talvez menos pelo aumento de vagas em si e mais pela restrição do acesso ao pátio. A decisão acarretou uma maior apreensão dos pacientes acerca da abertura da porta do pátio. Um interno, certa vez, por exemplo, pediu para que abrissem a porta depressa, pois todos já estavam “agoniados aqui dentro”. O pátio tinha essa capacidade de desaguar as angústias dos internos ao dar um pedaço de liberdade no enclausuramento.

Enquanto *ator*, ele faz um buraco no fechamento disciplinar do hospital psiquiátrico, causando uma verdadeira abertura em seu interior. É pelo pátio que entram toda sorte de criaturas e coisas: pássaros, pipas, luz solar, ventania, e espalham-se plantas, árvores e

insetos. Ele é o lugar de preferência para os encontros com as pessoas não-internadas, especialmente os amigos e familiares de pacientes. É por ali também que se podia ver os arredores da paisagem do hospital ou mesmo membros da vizinhança que acenavam à distância. Em um dos pátios, se podia, até mesmo, encontrar colegas de outra ala que estabeleciam vizinhança com os internos por entre as grades do setor.

Como descrevi anteriormente, o objetivo deste texto é pensar o pátio como um agente do cuidado com os internos, destacando, especialmente, a relação entre humanos e mais que humanos que ele possibilitava. Na literatura antropológica, um conjunto de autoras se dedicam a pensar a relação de cuidado entre animais e pessoas com deficiência, como é o caso de Ivana Teixeira (2016), que acompanhou zooterapeutas na lida com humanos. Nas palavras da autora, “o termo zooterapia refere-se a toda prática terapêutica de cuidado à saúde humana que envolva um animal como coadjuvante no processo de tratamento ou cura” (Teixeira, 2016, p. 390). No Brasil, temos notícia da zooterapia desde sua introdução na saúde mental, na década de 1950, pela médica Nise da Silveira (Teixeira, 2016, p. 392). A psiquiatra via os cães como seus “coterapeutas” no Hospital Psiquiátrico Pedro II (Leal, 1994, p. 26). Desde então, muitas iniciativas como esta se espalharam pelo país: cães, calopsitas, cavalos, dentre outras espécies, atuam como zooterapeutas de pessoas com deficiência em diferentes instituições (Pavão, 2015; Teixeira, 2016).

No entanto, a zooterapia, diferente do relatado aqui, pressupõe a instauração de práticas de cuidado e protocolos sanitários específicos, em uma situação socialmente definida: a “sessão terapêutica”, para que a relação entre animais e humanos possa ser caracterizada como uma “terapia com animais” (Teixeira, 2016). Contudo, de forma semelhante a este tipo de relação, no pátio as “ações não-humanas passam a ser circunscritas num campo de intencionalidades e tornam-se ativadores de ações humanas” (Teixeira, 2016, p. 405). Como veremos a seguir, pude observar que as ações de sabiás e abelhas, por exemplo, ativavam ações entre os pacientes que passaram a corresponder à sua contraparte mais que humana. Porém, como destacado anteriormente, essa correspondência entre pessoas com deficiência e animais não era estimulada por situações específicas, cuja intenção era promover este encontro, como sessões de zooterapia (Pavão, 2015, Teixeira, 2016) ou de treinamento de cães-guias (Von der Weid, 2020). As relações transespecíficas narradas aqui se davam de forma espontânea e difusa, ainda que condicionadas pelo acesso dos pacientes ao “ar livre”. Essa particularidade não nos impede de qualificar a relação com o pátio, suas criaturas e os internos como terapêutica, já que promoviam um alívio do sofrimento das pessoas internadas. De certa forma, os animais do pátio foram zooterapeutas “de modo imprevisto” (Teixeira, 2016, p. 407), como os cães que já

habitavam o Hospital Psiquiátrico Pedro II no período de atuação de Nise da Silveira e se tornaram parceiros interespecíficos da médica na assistência aos pacientes.

Apesar das diferenças contextuais, assim como as antropólogas citadas anteriormente, pretendo refletir etnográfica e historicamente sobre a aproximação entre pessoas com deficiência, animais e plantas. Nas palavras de Luna Pavão (2015, p. 224, grifos no original), o modo pelo qual, no ocidente, pessoas com deficiência são enquadradas revela, por contraste, “uma noção de ser humano *típico* que, de modo simultâneo, se opõe diametralmente ao animal enquanto signo de falta, ausência e incompletude”. Por isso, este texto se soma à tentativa de responder ao desafio de “encontrar tanto as maneiras apropriadas de inserirmos ambos os agentes em um trabalho de cunho antropológico, como também um caminho metodológico que garantisse suas idiossincrasias (e permitisse uma abordagem compatível à cada qual)” (Pavão, 2015, p. 218). Para isso, é preciso olhar para as pessoas internadas, em sua maioria diagnosticadas com esquizofrenia ou bipolaridade, muitos em momento de intensa crise psiquiátrica, e pensarmos sua experiência “não mais como fenômeno a ser distinguido da normalidade ou como uma forma associada à falta ou ao extraordinário, podemos inverter a relação cognitiva” (Von der Weid, 2020, p. 148). Neste caso, trata-se de uma dupla inversão: 1) transformar o ponto de vista esquizo em um método de investigação antropológica e 2) os mais que humanos em colaboradores dessa pesquisa. Nada melhor do que um fragmento etnográfico para exemplificar o que eu quero dizer com isso.

No dia em que Augusto foi encaminhado da emergência psiquiátrica ao SIM, eu o encontrei no pátio da enfermaria. Em um determinado momento, o interno estendeu sua mão com o ramo de uma gramínea e disse: “toma, um pé de arroz”. Eu recebi a coisa de suas mãos e lhe agradei. A planta oferecida para mim é uma espécie de *Digitaria*, conhecida popularmente como “milhã” ou “capim-colchão”; apenas um exame microscópico de sua espiguetta nos permitiria detectar qual seria sua subespécie. Apesar de serem uma gramínea como o arroz, elas “incluem-se entre as principais plantas daninhas em lavouras de arroz” (Agostinetto *et al.*, 2016, p. 2), se espalham e disputam com suas vizinhas por alimentos, abalando a produtividade esperada do cultivo. No hospital, estas plantas não só serviam como cobertura para o campo de futebol; Augusto e outros internos puxavam algumas das maiores pela espiguetta para sugar dos seus pés a doçura do final do caule. Há, portanto, um inusitado ponto de convergência entre as duas gramíneas, arroz e milhã, ambas oferecem possibilidades degustativas ao paladar apurado.



Fotografia 1. “Um pé de arroz”.
Acervo pessoal, 2021.

Esta estranha aproximação entre o saber esquivo e o saber científico não tem como intenção legitimar o primeiro tornando-o científico, tampouco deslegitimá-lo ou corrigi-lo evidenciando suas imprecisões classificatórias. Trata-se, na verdade, de fazer uso do jogo de cordas que Haraway (2023, p. 26) nomeou de *SF*, “a sigla para *science fiction* [ficção científica], *speculative feminism* [feminismo especulativo], *science fantasy* [fantasia científica], *speculative fabulation* [fabulação especulativa], *science fact* [fato científico] e, além disso, *string figures* [figuras de barbantes]”. Ao longo deste texto, este jogo será feito, de modo que grandes divisores serão convidados a brincar, como ciência e senso comum, normal e anormal, percepção e imaginação, razão e loucura, natureza e cultura. Essa aproximação de distâncias, metafóricas e literais, é um reflexo no texto do que faz o próprio pátio enquanto personagem etnográfico: a promoção de “emaranhados simpoiéticos” (Haraway, 2023, p. 175) entre humanos e mais que humanos. Diferentemente da autopoiese que prevê um sistema interespecífico fechado, a simpoiese descreve relações transespecíficas em processos de composição e decomposição de mundos. A planta que

Augusto me ofereceu, já em decomposição, pois arrancaram-lhe as raízes, compõe as histórias do mundo do pátio e suas criaturas. É preciso saber escutá-las.

O pátio e suas criaturas

Passemos agora às outras criaturas que povoavam o pátio, as “espécies companheiras” dos pacientes. Este é o conceito introduzido por Donna Haraway (2021, [2003]) que nos auxilia a refletir sobre os modos que humanos e outros bichos fazemos “uma composição, em quatro partes, em que co-constituição, finitude, impureza, historicidade e complexidade, são o que há” (Haraway, 2021, p. 24). A proposta de Haraway parece uma boa alternativa aos dilemas das pesquisas antropológicas com mais que humanos. Como argumenta Vander Velden (2015, p. 10), a categoria “animal” parece ser analiticamente insuficiente, pelo seu viés etnocêntrico e pela tentativa infundada de abarcar uma multiplicidade de seres “sob o guarda-chuva fetichizante da espécie”. Nem mesmo a categoria “não humano” é interessante, pois “acaba por subsumir, na sua oposição simples ao ‘humano’, toda uma enormidade de seres e uma ainda maior quantidade de indivíduos, agrupados pela única e definitiva razão de não serem humanos, ou seja, por uma falta, por aquilo que não têm”. Haraway (2021) desloca-nos desses problemas epistemológicos ao colocar a ênfase da análise etnográfica na relação e não em seus entes (Vander Velden, 2015, p. 11-12). Não é possível refletir seriamente sobre o pátio sem prestar atenção às suas criaturas que “Voando, rastejando, se contorcendo e furando por cima e por baixo da infraestrutura regular e linearizada do mundo ocupado”, escreve Ingold (2022a, p. 132), “reincorporam e reorganizam os seus fragmentos que desmoronam nos seus próprios caminhos de vida”. A vida “não pode ser cercada” (2022a, p. 132) ou limitada pela ocupação humana, não por causa de qualquer princípio vital, mas sim pelo simples fato material-semiótico de que o vivo faz alianças e explora brechas para continuar seu processo de diferenciação *com e no* meio.

No pátio habitavam criaturas caminhantes, como formigas, e voadoras, como sabiás, abelhas e moscas. Elas faziam laços simbióticos com as plantas, árvores e arbustos que estavam por perto, seja para obter alimento, abrigo ou no fornecimento de matéria-prima para seus lares. Os seres marinhos, como siris, estavam longe o suficiente para não adentrarem no hospital, mas perto o suficiente para sentirmos, em um dia de sorte, a brisa do mar. Neste contexto, as relações entre mais que humanos e humanos eram múltiplas. Lembro-me, por exemplo, de estar sentado sobre a grama junto de Francisco, um senhor negro, de cabelos brancos e andar curvado, com longa carreira psiquiátrica, enquanto ele observava formigas que trilhavam seu caminho para o formigueiro mais próximo.

Enquanto olháVamos as criaturas, Francisco me narrava sua última internação no hospital anos atrás. Ele gostava de usar o campo para jogar futebol e, vez ou outra, o via arrancando algumas das gramas espalhadas pelo pátio. De forma semelhante, também no pátio, enquanto falava com Malu, uma mulher trans violentamente internada na enfermaria masculina, com cumplicidade ela espantava as moscas que pousavam em mim sem que eu percebesse. Malu, aliás, era muito afeita aos mais que humanos e mal poderia esperar para reencontrar sua “filha” Claire, uma micropoodle de estimação, assim que saísse do hospital. Tanto com Francisco, quanto com Malu, os bichos apareciam como testemunhas e parceiros de escuta das estórias que partilhavam comigo.

Já com Rafael a relação entre ele e o pátio apareceu de forma mais frontal. O paciente me contou que era um verdadeiro tédio estar internado. Ele não tinha interesse em jogar futebol, como seus colegas de internação; lhe agradava mais o cuidado com os jardins, mas seu passatempo estava destinado ao fracasso, pois, de acordo com ele, sempre “chega um furioso e arranca tudo”. Neste momento, ele apontou para um canteiro próximo: “olha, aí atrás do seu banco tinha flores belíssimas!”. O paciente contou que, no período que esteve na enfermaria outra vez, ele viu um interno arrancar as flores do canteiro e, quando tentou impedi-lo, os técnicos lhe solicitaram para deixar que seu colega arrancasse o “mato”. Rafael desaprovava o gesto dos trabalhadores, pois as plantas do canteiro não eram, para ele, simplesmente “mato”.

Por ser uma abertura para a contingência dos encontros entre humanos e mais que humanos, o pátio também promovia conflitos entre os pacientes em torno de seus elementos, seja do ponto de vista de sua nomeação, “mato” ou “flor”, seja em torno de sua apropriação, como foi o caso de Guilherme. Enquanto conversava com este, de repente, uma pipa que voava sobre o céu caiu; seu movimento vertiginoso causou comoção entre os outros pacientes que estavam ao redor. Quando a coisa finalmente repousou em um arbusto próximo, Guilherme partiu com tudo, moita adentro, para pegar a pipa e a disputou com outro interno. Ao final da contenda, ele saiu vitorioso com a pipa em mãos.

A presença de conflitos, como as cenas protagonizadas por Guilherme ou Rafael, não exclui a agência de cuidado que o pátio tem em relação aos humanos internados. Ao contrário, a presença de disputas e divergências demonstra que estar no pátio é uma prática de cuidado com os pacientes, pois é um exercício de sua liberdade (Foucault, 2012), mesmo em um contexto de encarceramento. Nas próximas páginas, acompanharemos mais cenas como essas. Árvores, por exemplo, além de esconder pipas e abrigar os internos do sol, também eram espécies companheiras para a revelação mística de alguns internos, como veremos a seguir.

“Jerusalém”: compondo paisagem, fazendo mundo

Depois de uma consulta com o médico, assim que Augusto saiu da sala onde eram conduzidas as entrevistas psiquiátricas e adentrou a enfermaria, eu o segui. Atravessei o corredor que separa a ala dos leitos das salas administrativas e deparei-me com o paciente recém-acomodado em uma cadeira de frente à TV. Apresentei-me. Estava pronto para uma conversa sobre amenidades até que Augusto, surpreendendo-me, perguntou se eu já tinha ido à Jerusalém. Após escutar minha resposta negativa, o interno pediu-me para segui-lo em direção ao pátio. Lá, dirigiu-se a uma árvore no canto direito da parte descoberta. Segurou-se em um tronco, olhando para cima e, profeticamente, questionou-me: “você já viu flor de laranjeira?”. Eu lhe disse: “sim”.

Augusto explicou, fazendo um gesto de pinça com uma das mãos que contornava sua cabeça, que lhe puseram uma coroa de espinhos de flores de laranjeira. “Os romanos”, disse, lhe deram chibatadas nas costas. Vendo o seu sofrimento, lhe perguntei se ele já estava se sentindo melhor; o paciente me garantiu que sim. Nós passamos a contemplar a paisagem. Para além das grades que dividiam o pátio do campo de futebol e por detrás dos muros do hospital, era possível enxergar o verde estendendo-se até as construções da favela que margeavam os rochedos que nos cercavam ao alto. Augusto, educando minha atenção (Ingold, 2020), apontou para o conjunto de casas à direita, “Jerusalém”. Cravado nas rochas estava o “Egito” e “aqui”, onde estávamos, o “Brasil”. Eis que ele retirou uma folha da árvore que nos abrigava, entregou-me para que eu a cheirasse, obedeci. Inalei o frescor da planta, lhe comentei que era bom. Augusto concordou comigo. Aos poucos retornamos para onde estávamos.

Para que eu pudesse ter algum acesso à experiência de Augusto, era preciso imaginar *com* ele para, então, “devir-com” Augusto (Haraway, 2022). Imaginar não no sentido de “evocar imagens de uma realidade ‘lá fora’, seja ela virtual ou atual, verdadeira ou falsa, mas como participar de dentro, pela percepção e ação, no próprio devir das coisas” (Ingold, 2022b, p. 32). Portanto, não quero dizer que Augusto imaginava coisas que eu não percebia, tampouco que eu precisei imaginar coisas que ele percebia. Como coloca Ingold (2022b, p. 36), a “Percepção é imaginativa [...] na medida em que se envolve na geração de um mundo que está continuamente vindo a ser com e ao redor do perceptor, em e pelas práticas de movimento, gesto e inscrição dele ou dela”. Ao ser o meu guia até o pátio, apresentar-me à árvore, mostrar com seus gestos a coroa de espinhos, narrar, apontar e nomear os lugares que nos cercavam, Augusto compunha um mundo, como em uma improvisação musical, conjugando alternadamente imaginação e percepção.

Mateus e a abelha: crítica à bestialização

Na manhã de um dia qualquer, Mateus chamou minha atenção para uma abelha que zumbia ao nosso redor. O paciente tinha cismado que ela o perseguia. Uma “abelha rainha”, ele disse e, puxando assunto comigo, do seu jeito alegre, perguntou: “apicultura, conhece?”. Por um lapso meu, talvez porque jamais poderia prever que eu teria uma conversa sobre apicultura numa enfermaria psiquiátrica, aquela palavra “apicultura” soou, ou melhor, zuniu, de maneira terrivelmente estranha; lhe respondi que “não”, não conhecia apicultura. Mateus, abismado com a minha resposta e resoluto em conversar comigo, recordou para mim o sentido de “apicultura” ligando-a à palavra-bicho “abelha”. “Ah, sim, apicultura de abelha, que faz mel!”, recobrei a consciência. O rapaz corrigiu-me, dizendo que a abelha não fazia mel, mas “cera”. Depois de uma longa pausa encerrou nossa conversa enchendo a boca com outra palavra: “apicultor”.

Proponho, nesta seção, seguir as associações feitas por Mateus no seu encontro com a abelha. Acompanhar a abelha, Mateus, seus movimentos e palavras é, também, fabular a história desta relação. Em nossa conversa, Mateus deixou mais enigmas do que respostas. Não saberia dizer exatamente o que lhe interessava nas abelhas ou como a palavra “apicultor” havia surgido para ele. As palavras iam e viam para ele como ondas, assim como a raiva e a alegria. Seu humor variava, tanto quanto seus interesses. No entanto, naquele momento, estávamos juntos, eu, ele e a abelha.

Uma espécie companheira, nos diz Haraway (2022, p. 27), “é menos uma categoria do que um indicador para um contínuo devir-com”. A autora nos convida a pensar em companhia da abelha e, como tal, “Os parceiros não precedem sua relação” (Haraway, 2022, p. 28). Há uma teia contínua de relações que nos levaria a ligar Mateus, uma pessoa em situação de paciente psiquiátrico, morador de um abrigo para outros sujeitos que, como ele, têm um longo histórico de institucionalização e não contam com apoio familiar, às abelhas, como escreve a autora: “O laço discursivo entre o colonizado, o escravizado, o não cidadão e o animal — todos reduzidos a um tipo, todos Outros do homem racional, todos essenciais à sua iluminada constituição — está no coração do racismo e floresce, letalmente, nas entranhas do iluminismo” (Haraway, 2022, p. 29). O historiador Keith Thomas (1988, p. 49) descreve como a “insistência tão grande em distinguir o humano do animal também teve consequências importantes para as relações entre os humanos”. Desde o início da modernidade, aos povos racializados, escravizados, crianças, mulheres, pobres, entre outros, eram atribuídas características animais que legitimavam sua dominação, contudo “Os mais bestiais de todos eram os que se situavam nas margens da sociedade humana: os loucos, que pareciam possuídos por bichos selvagens; os

vagabundos, que não seguiam nenhuma vocação” (Thomas, 1988, p. 53).

Há uma bestialização dos loucos, assim como dos animais. Um psiquiatra, por exemplo, facilmente descreveria o comportamento de Mateus como “pueril” ou “inadequado” para sua idade. Contudo, se seguirmos mais de perto as relações possíveis entre psicóticos e abelhas, podemos nos dar conta da “imagem de controle” (Collins, 2019)⁶ que ambos partilham em comum, a de irracional. Vinciane Despret (2021) nos conta uma história sobre os debates científicos acerca da inteligência dos animais que, como veremos a seguir, liga-se às relações entre Mateus e a abelha. A pesquisadora inicia seu argumento nos dizendo que a questão da “imitação” entre os animais foi introduzida nas ciências naturais por George Romanes, estudante de Darwin, ao reinterpretar uma observação de seu professor. Darwin tinha notado que algumas abelhas que se alimentavam das flores de vagem pela corola aberta da flor “modificaram sua dinâmica quando mamangabas apareceram. Estas empregavam uma técnica totalmente diferente e faziam pequenos furos no cálice da flor para colher o néctar sugando-o. No dia seguinte, as abelhas trabalharam da mesma forma” (Despret, 2021, p. 34). Se para Darwin a capacidade das abelhas adotarem a estratégia mais eficaz de suas companheiras para se alimentar demonstrava “capacidades comuns entre homens e animais, Romanes abre outra esfera teórica: quando o ambiente varia, a imitação permite compreender como um instinto pode ceder lugar a outro” (Despret, 2021, p. 34). Até aí, Romanes apenas nomeou o comportamento criativo das abelhas, observado por Darwin, como imitação, o que o permitiu explorar teoricamente algumas nuances do fenômeno, o problema surge no modo pelo qual ele qualifica o conceito:

dentre os idiotas de uma certa categoria (mas não muito inferior), a imitação também é muito poderosa e mantém sua supremacia pela vida toda, assim como, dentre os idiotas de um grau mais elevado ou os “fracos de espírito”, observa-se, como particularidade constante, a tendência exagerada à imitação. O mesmo fato é observado em muitos selvagens (Romanes, 1884, n.p. *apud* Despret, 2021, p. 35-36).

“Selvagens”, “idiotas” e “abelhas”, nas palavras de Romanes, apresentariam uma forma degenerada de inteligência, a imitação, se comparados aos excepcionalíssimos humanos “normais”. Apenas estes últimos seriam dotados de “uma inteligência real”

6 Patricia Hill Collins (2019, p. 135) chama de “imagens de controle” todo conjunto de traços imagéticos projetados sobre minorias que fazem com que “o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais, e inevitáveis na vida cotidiana” (Collins, 2019, p. 136). Essas imagens objetificam os “‘Outros’ da sociedade, aqueles que nunca poderão ser realmente parte dela, os estranhos que ameaçam a ordem moral e social”, contudo, “são fundamentais para sua sobrevivência, porque os indivíduos que estão à margem são os que explicitam os limites da sociedade”.

(Despret, 2021, p. 37)⁷. Esta hierarquia de inteligências que aglutinam abelhas, pacientes psiquiátricos e povos não-ocidentais de um lado e os brancos-euramericanos de outro, como examina em detalhes Despret (2021), teve consequências desastrosas para a etologia. Abelhas e pacientes psiquiátricos exigem nossa consideração.

De volta ao pátio, pacientes psiquiátricos, como Mateus, são frequentemente tratados como menos inteligentes, bestializados ou infantilizados. Com uma frequência espantosa, pessoas diferentes se interrompiam no meio de uma exposição de ideias e falavam entre si ou comigo algo do tipo: “pode acreditar em mim, isso não é papo de maluco”. Outras vezes, médicos e psicólogos se questionavam se algum paciente entendia o que estava sendo dito, mesmo quando este respondia positivamente às interações havia dúvidas sobre sua capacidade de compreensão.

A atitude comum de infantilizar ou temer pessoas diagnosticadas com esquizofrenia ou transtorno bipolar reforça a ideologia manicomial que defende sua exclusão do convívio social. Assim como muitos ignoram a capacidade destas pessoas de participar da sociedade, várias pessoas também ignoram a participação social das abelhas. Como animais polinizadores, abelhas têm um papel importantíssimo na produção de alimentos, para além do mel pelo qual são diretamente responsáveis e cujo consumo, por humanos, remonta ao período Neolítico e têm mobilizado nosso imaginário desde então (Pastori, 2023). O decréscimo em sua população tem alertado ativistas e engendrado políticas públicas de proteção. No Brasil, a população de abelhas sem ferrão (nativas)⁸ tem diminuído dramaticamente, colocando-as em risco de extinção. Já as abelhas com ferrão (*Apis mellifera*), oriundas do cruzamento de raças europeias e africanas, não possuem este risco, apesar do aumento de sua mortandade. O desflorestamento e o uso de agrotóxicos estão entre os principais fatores do desaparecimento desses animais. A diminuição da população de abelhas, segundo Pastori (2023, p. 20), “pode ser compreendida como uma das manifestações do Antropoceno em seus modos de existência que ameaçam a

7 Como me fez notar Sarah Faria Moreno, há outras formas de se pensar a imitação para além do registro do negativo. Willerslev (2004, p. 630), por exemplo, argumenta que entre os Yukaghirs, “a prática mimética proporciona essa capacidade de ser semelhante, mas também diferente do animal imitado; ela concede ao caçador uma ‘dupla perspectiva’, pela qual ele pode assumir o ponto de vista do animal, mas permanecer um caçador humano que persegue e mata a presa”. A imitação aparece aí como um curto-circuito entre o mesmo e o outro, uma estratégia do caçador de contornar os perigos iminentes à caça ao permitir “que a pessoa aja entre identidades” (Willerslev, 2004, p. 638).

8 No Brasil há mais de 250 espécies de abelhas sem ferrão, conforme a Associação Brasileira de Estudo das Abelhas (2020, online), “As abelhas sem ferrão pertencem à família *Apidae*, tribo *Meliponini*, razão pela qual também são chamadas de meliponíneos. Apesar do nome, essas abelhas possuem ferrão, mas este é atrofiado e não possui função de defesa. No entanto, elas possuem outras maneiras de se defenderem, que vão desde morder e grudar nos cabelos, como a arapuá (*Trigona spinipes*), até liberar uma substância ácida que queima a pele, como a caga-fogo (*Oxytrigona tataira*).”

habitabilidade multiespécie e que, por sua vez, [...] tem alimentado um imaginário distópico” de ameaça à segurança alimentar e, em última instância, do fim deste mundo.

A apicultura, objeto de interesse de Mateus, “tem surgido como uma resposta a essa crise em um esforço para ‘salvar as abelhas’” (Pastori, 2023, p. 3), especialmente em sua versão urbana. Não poderíamos imaginar colônias de abelhas habitando ex-colônias psiquiátricas? Abelhas em parcerias interespecíficas com seus companheiros humanos, contribuindo, assim, para o aumento da população de polinizadores e, ainda, produzindo doce em lugares que já foram demasiadamente amargos? Talvez isso não seja apenas um sonho antimanicomial deste antropólogo.

Embora eu suspeite que a abelha que voava por perto era uma abelha com ferrão, a falta de registro não pode me dar esta certeza. Seja como for, diante das abelhas muitos humanos reagimos da mesma maneira que Mateus, projetamos às criaturas aladas o adjetivo de “perseguidoras”, não compreendendo muito bem se a sua atitude de aproximação é uma genuína curiosidade ou reação feroz. Schönfelder e Bogner (2017, p. 1), em um artigo sobre a reação emocional das pessoas às abelhas, concluíram que, apesar da alta incidência de sentimentos positivos em relação aos animais, como o de proteção, “a percepção de perigo teve uma pontuação média”. As pessoas têm medo das abelhas, especialmente por causa de seu ferrão. Como um modo de lidar com o estigma das abelhas, os pesquisadores estimulam, para além de iniciativas educacionais, a criação das espécies sem ferrão.

Assim como temem as abelhas, muitas pessoas sentem medo de pessoas com esquizofrenia⁹, apesar dos sentimentos positivos em relação a outros quadros clínicos (Angermeyer; Holzinger; Matschinger, 2010). A compreensão hegemônica de que a esquizofrenia é causada por um desequilíbrio químico ou por falha no circuito cerebral apenas alimenta o medo do público em relação a essas pessoas. Se pensamos que alguém está “permanentemente danificado”, chegamos à falsa conclusão de que “é o cérebro da pessoa e não o contexto social, que precisa ser consertado” (Grinker, 2021, p. 223). Esta falsa premissa faz com que a “agressividade” de um paciente psiquiátrico, como era o caso de Mateus, seja atribuída à sua “natureza” e não seja concebida como uma reação significativa à alteridade ou, até mesmo, ao contexto institucional em que a pessoa está inserida (Fanon & Asselah, 2020). Os psicotrópicos costumam aparecer aí como uma solução bioquímica para um “problema bioquímico”.

9 O hospital psiquiátrico não autorizou que eu acessasse os prontuários dos pacientes, de modo que, por não ter acesso ao prontuário de Mateus, não posso afirmar categoricamente o seu diagnóstico. Muito embora, o comportamento de Mateus fosse classificado, por muitos, como psicótico. Seja como for, por causa da grande alteração em seu humor, Mateus poderia causar medo a quem não o conhecesse.

A aliança entre abelhas e pacientes psiquiátricos clama por nossa “responsabilidade de ficar com o problema” (Haraway, 2023, p. 51). Discursos de purificação, derivados da gramática eugênica e sustentáculo das ideologias anti-loucos¹⁰, do tipo: “apenas abelhas sem ferrão!”, mesmo que bem-intencionados, costumam dar falsas alternativas a problemas complexos. No caso desses animais, precisamos mesmo de pensar juntos em como resistir ao desaparecimento das abelhas nativas, mas podemos fazer isso sem ativarmos a retórica racista de abelhas “boas” *versus* “ruins”, “as nossas abelhas” *versus* “as abelhas invasoras”. No caso dos pacientes psiquiátricos, assim como no das abelhas, a “agressividade” não deve ser temida, porque é rara, mas em situações intensivas ela pode se tornar algo muito concreto que demanda cuidado e criatividade para ser manejada.

Entre sabiás e arraias: da imitação à correspondência

Das abelhas, vamos às aves. Passarinhos e toda sorte de coisas voadoras ziguezagueavam ao redor do pátio. Lembro-me de Leonel que, certa vez, sentado debaixo de uma árvore, dizia para sua médica e psicóloga: “eu tô doido para ir embora!”. O paciente nos contava que no dia anterior teve que tomar um medicamento, porque não conseguiu dormir à noite. O remédio, embora o tenha ajudado a dormir, deixou-lhe com um tremor incontrolável no corpo. Quando estava nos contando sua história psicotrópica, de repente, uma coisa cortou o céu. A psicóloga chamou atenção de Leonel para a “pipa”. O paciente disse à moça que não era uma “pipa”, mas sim uma “arraia”. Francisco, outro paciente, entrou no jogo de nomeação proposto por Leonel. Ambos se recordaram de outras possibilidades, como “pipa”, “arraia”, “cafifa”, dentre outros nomes. Olhando para o alto, Leonel começou a prestar atenção nos passarinhos e nos informou, como um ornitólogo amador, que eles se alimentavam dos “botões-de-flor da árvore”. A psicóloga, não conhecedora de “botões-de-flor das árvores”, perguntou-lhe se ele estava se referindo às “frutas”. Leonel a corrigiu, dizendo que “não”, ele disse o que queria dizer.

O jogo de nomeação entre Leonel e Francisco dá lugar não a uma taxonomia dos seres, isto é, uma forma de classificação que visa integrar um indivíduo, “este objeto em particular”, a uma classe, “frutas”. Ao contrário, trata-se de um “conhecimento narrativo” (Ingold, 2015, p. 248). Isto é, “botões-de-flor da árvore”, assim como, “pipa”, “arraia” ou “cafifa” são “nomes [, contudo] não são substantivos, mas verbos: cada um descreve um

10 A patologização da loucura reproduz um enquadramento racializado das pessoas com esquizofrenia. A gramática da psiquiatria biológica contemporânea é uma herança do eugenismo do século XIX, como testemunha a utilização contemporânea de termos como “degeneração” e “desintegração” para se referir a este segmento populacional (Barrett 1998a, 1998b).

acontecimento” (Ingold, 2015, p. 247). Nesta nomeação, os internos expressam-se “Em uma linguagem linguajante — não semanticamente presa a um quadro categórico, mas criando-se infinitamente na narração inventiva de seus falantes — os animais [, flora e coisas] não existem, nem como indivíduos nem como objetos; mas *ocorrem*” (Ingold, 2015, p. 257). Cada um dos nomes empregados pelos internos descrevia o movimento observado por eles em ato. Acontecimentos como este são favorecidos pelo pátio em sua abertura a encontros surpreendentes.

Esta história de Leonel com os pássaros e a “arraia” lembrou-me de outras duas, a de um sabiá vivo e a de um siri morto. A primeira nos leva de volta a Mateus; voltaremos à segunda na próxima seção. No período da tarde, no mesmo dia da abelha, eu retomei o assunto com Mateus, perguntei se ele se lembrava que tínhamos conversado antes sobre apicultura. Ele me respondeu com um curto: “não”. Naquele dia, por um motivo qualquer, a palavra “apicultura” parecia estar envolta de mistérios. Sabendo de seu interesse por criaturas aladas, apontei para um dos pássaros e disse para Mateus que era um sabiá¹¹. Assim que ouviu esta palavra-bicho ele a repetiu, energicamente: “sabiá!”. Inesperadamente, um dos pássaros voou próximo a nós e Mateus, observando-o, fez um gesto que evocava o movimento do pássaro, “deu um rasante”, disse; desta vez sou eu que o repeti, refazendo os gestos de Mateus, lhe disse: “é, deu rasante!”.

Longe de ser uma imitação, o gesto de Mateus correspondia ao gesto do pássaro, assim como o meu gesto correspondia ao de Mateus e este texto corresponde a essas correspondências e abre caminho para novas. Como propõe Ingold (2021, p. 221), “Desde que em correspondência, toda intervenção convida a uma resposta, e toda resposta é, por sua vez, uma intervenção, não há nada de intrínseco ao processo que o levaria à conclusão”¹². O fascínio dos pacientes com as criaturas aladas também cresceu em mim. Tornei-me um admirador de pátios e de seu inesperado potencial anti-panóptico, isto é, das possibilidades que ele traz de habitação, não de restrição ou docilização dos corpos, mas de encontros com alteridades mais que humanas que nos alivia do enclausuramento.

11 Embora nos refiramos comumente ao “sabiá” como uma ave, apenas no Brasil podemos encontrar ao menos 19 espécies de sabiás (O Globo, 2019). Pelo parco treinamento como ornitólogo, este antropólogo tem pouca habilidade para distinguir as espécies de aves. De todo modo, isto não prejudica a análise das parcerias possíveis entre esses animais e os pacientes psiquiátrico no contexto estudado.

12 Aqui estou rejeitando a noção convencional de “imitação”. A ideia de correspondência, proposta por Ingold (2021), tem ressonâncias com a de imitação conforme Willerslev (2004). Em ambos os casos não se trata de estabelecer “cópias fiéis, nas quais as partes do corpo correspondem ponto a ponto com outras partes do corpo. Em vez disso, são imagens incompletas da espécie hospedeira [...]. Isso lhe confere um novo potencial de ação, uma vez que ele está livre das limitações corporais tanto de sua própria espécie quanto da espécie imitada” (Willerslev, 2004, p. 638). A correspondência entre Mateus e os sábias não o torna um sabiá, mas também não o mantém indiferente ao animal; antes, lhe permite *agir entre* a ave e o humano.

O privilégio da visão na socialidade ocidental (Le Breton, 2016) guia o olhar para cima assim que adentramos em um pátio e percebemos que perdemos o limite sobre nossas cabeças¹³. A abertura para o céu conclama aos internos a sensação de liberdade. Uma liberdade terrena, como a dos pássaros que rasgavam o céu da enfermaria. As aves empreendem um esforço, corporal e anímico, para sustentar seu voo, sempre temporário, já que interrompido por uma queda controlada¹⁴.

Defender o entorno: cuidado e liberdade

Falando em liberdade, vamos à última estória deste artigo. Ir à praia foi a única atividade que pude experimentar com um grupo de pacientes do lado de fora do hospital. Eu, três psicólogos, acompanhados de Jorge, Francisco e César, atravessamos as ruas até a faixa de areia que contorna o litoral em que o hospital está encravado. César, assim que pôs os pés na areia, nos disse que queria tomar banho de mar. Ideia que ele acabou abandonando. Jorge colocou fones de ouvido, acendeu um cigarro e saiu para caminhar. Francisco permaneceu próximo a nós. César, explorando a areia, encontrou um siri morto e, brincando com suas patas, fez do animal o primeiro siri morto-vivo de que tive notícias. Os profissionais o desencorajaram de manipular o cadáver e César, ao devolver seu companheiro-em-decomposição à areia, reiniciou sua investigação e encontrou um isqueiro destruído. Jorge que, enquanto isso, já tinha voltado da sua caminhada também encontrou uma coisa na areia: “alguém deu um teco aqui!”, exclamou. Quando olhamos para Jorge, ele nos mostrou uma capsula vazia de cocaína e, para explicar o seu funcionamento, abriu a tampa, despejou o conteúdo imaginário na mão e o cheirou. Tanto Jorge, quanto César estavam reconstituindo, através de suas narrativas, a história de uma capsula de cocaína ou de um siri, correspondiam aos seus estranhos parceiros ao reconstituir seus movimentos. Ambos retornavam a um tempo que, talvez, já estivessem do lado de dentro, na suspensão cronológica imposta pela internação psiquiátrica. Na fabulação dos pacientes, a heterotopia da loucura foi revertida em uma especulação heterotópica; podemos acompanhá-los no movimento de trazer seus companheiros de volta à vida

13 Trata-se de uma perspectiva particular e situada. Pessoas cegas, por exemplo, percebem a abertura de um pátio sonora e tátilmente (Von der Weid, 2017).

14 A associação entre pássaros e liberdade é, no entanto, mais complexa do que parece. Sanchez (2019, p. 29), por exemplo, argumenta que, do ponto de vista dos criadores de canário, há pássaros cuja “natureza” é “dentro da gaiola”. Isto é, ao se criar uma dinâmica entre pássaros que pertencem ao lado de fora da gaiola e pássaros cujo habitat é dentro da gaiola, a domesticação de aves relativiza a dicotomia natureza/cultura multiplicando naturezas. Comparativamente, a decisão de internar ou não um paciente que está na emergência psiquiátrica passa pela ideia de que há casos cujo cuidado pode ser feito em liberdade e outros casos que, pelo próprio bem da pessoa, devem ser cuidados em privação de liberdade. Inevitavelmente esta decisão passa por disputas em torno da “natureza” do quadro clínico do paciente.

(Ingold, 2012).

Sugiro que pensemos o pátio como um pedaço do “fora” no interior do regime de encarceramento da enfermaria psiquiátrica. O momento que tive junto aos pacientes na praia foi revelador das tensões espaciais que constituem a realidade hospitalar. Em uma espécie de reversão perspectiva, no interior da praia víamos o hospital como seu exterior, como se, ao contrário de antes, o pátio fosse o lado de “dentro” e o hospital fosse o lado de “fora”. Esta é a perspectiva da liberdade sobre o encarceramento: os pacientes se sentiam livres do lado de fora do hospital, assim como no pátio. Movendo-nos do cercamento psiquiátrico ao colonial, podemos nos deparar com a observação de Moten e Harney (2024, p. 22) sobre alguns filmes hollywoodianos que, ao retratarem o assentamento colonial nas terras indígenas, operavam uma inversão de perspectivas ao mostrar nas telas os colonos cercados pelos autóctones a partir da ideia de que os primeiros apenas defendiam-se da agressão dos segundos. Nessa imagem, o violento processo de colonização era visto como uma mera defesa do progresso civilizatório. Os autores sugerem que é preciso reverter essa inversão: “Nossa tarefa é a autodefesa do entorno em face das seletivas e repetidas desposseções direcionadas pela incursão armada dos assentadores”, escrevem. Voltando ao contexto etnografado, para defender o entorno precisamos repensar a relação entre cuidado e liberdade, pois defendê-lo é, necessariamente, pensar em uma forma de cuidado que inclua relações mais que humanas.

Tanto humanos psiquiatrizados, quanto outras espécies têm sua liberdade questionada. O célebre psiquiatra francês Henri Ey (2006, p. 77), por exemplo, argumentava que “as ‘doenças mentais’ são ataques à liberdade” e, por isso, poderiam ser entendidas nos termos de uma “patologia da liberdade”. Já em relação às outras criaturas, encontramos numa tradição que remonta aos primórdios do cristianismo e se radicaliza no iluminismo uma “genealogia da ‘liberdade’ como um atributo que separa os seres humanos de todos os outros seres vivos” (Tsing, 2019, p. 122). Na narrativa ocidental, mais uma vez, se aproximam pela exceção pacientes psiquiátricos e mais que humanos, ambos carentes de liberdade, atributo definidor do humano. Mas, afinal, o que entendemos por “liberdade”? Nossas respostas à essa questão partem do princípio de que “os humanos se distinguem do restante da natureza por uma liberdade de ação baseada na moral. A socialidade humana, conseqüentemente, baseia-se na razão moral, enquanto outras criaturas obedecem cegamente às exigências da natureza” (Tsing, 2019, p. 123). Essa “ideia de que a liberdade é essencialmente um ato de vontade é um obstáculo para se aprender sobre outras formas de liberdade. A liberdade se torna intencionalidade e planejamento” (Tsing, 2019, p. 124), já que é intrinsecamente relacionada ao conceito de “autonomia” e seu desdobramento como “autodeterminação” (Safatle, 2019).

Desse modo, o pensamento ocidental construiu sua ideia de liberdade contrapondo-a às formas de heteronomia encarnadas na “loucura” ou na “animalidade”, ambas formas de vida parcial ou totalmente despossuídas de um “si mesmo” autoconsciente. De forma paradoxal, a suposição de que os loucos não podem exercer plenamente sua liberdade justifica que se continue os prendendo. No entanto, de forma concreta, os pacientes, mesmo presos, não só exerciam sua liberdade, da maneira que podiam, como também a demandavam constantemente àqueles que os mantinham encarcerados; pediam-lhes, diariamente, que os soltassem. Como disse um paciente para mim sobre a situação comum a qualquer um dos internos: “Todo mundo quer sair”.

A definição hegemônica de liberdade se revela insuficiente para descrever criticamente as relações mais que humanas entre pacientes psiquiátricos e a vida em seu entorno. Como insiste Anna Tsing (2019, p. 124), “O primeiro passo, então, para apreciarmos a socialidade mais que humana é abraçarmos um senso mais amplo de liberdade do que a liberdade de agir pode significar — para humanos e não humanos”. Uma virada conceitual que tornaria isso possível seria justamente mobilizar a heteronomia não como o oposto da liberdade, mas como sua condição fundamental (Safatle, 2019). Afinal, quando nos movemos livres, “Agimos como quem executa um plano a ser realizado ou como quem aceita entrar em um movimento incontrolado de deriva?” (Safatle, 2019, p. 38). Este é o mesmo caso dos fungos que “têm liberdade para fazer muitas coisas que nós humanos nunca imaginaríamos, por exemplo, crescer em novas formas para explorar melhor os ambientes. Como heróis de quadrinhos, eles se transformam em ação” (Tsing, 2019, p. 123-124). Tanto humanos, “típicos” ou “atípicos”, quanto mais que humanos praticam sua liberdade quando engajam em ações de transformação de si. A própria “política”, como escreve Safatle (2019, p. 39), “pode se tornar o espaço da desconstituição de identidade e da emergência de um comum que não é apenas a extensão ilimitada do potencial das relações humanas. Política como a integração do que até então fora compreendido como não-humano, como coisa, como animalidade”. Em uma assembleia improvisada no pátio, por exemplo, os próprios pacientes reivindicaram maior participação nas decisões da equipe de saúde sobre o seu tratamento, o que, infelizmente, não foi bem acolhido pela equipe dirigente. Atender às reivindicações feitas pelos internos não seria simplesmente incorporar suas demandas, mas reconhecê-los como parte de uma mesma comunidade política expandindo, assim, a própria noção de “comum” que a sustenta.

O descentramento do humano não implica apenas em uma outra ideia de liberdade, mas também de eticidade, já que “A liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida assumida pela liberdade” (Foucault, 2012, p. 261). O que Foucault parece indicar com essa formulação é que a liberdade institui o campo da eticidade que, por sua

vez, torna possível a própria prática da liberdade — isto é, longe de ser uma espécie de horizonte transcendental, a liberdade se dá a partir de um conjunto de práticas, ou, em outras palavras, “ela é, na verdade, um modo de relação social” (Safatle, 2019, p. 29). Se a socialidade não se restringe à humanidade, podemos “começar a pensar ecologicamente sobre a liberdade, o que envolve lidar com as limitações e possibilidades de nosso ambiente compartilhado” (Nelson, 2021, p. 189). Cuidar do entorno, aquilo que se apresenta nas relações entre os pacientes e os mais que humanos, é a condição para a manutenção da própria vida enquanto possibilidade. Esta era, talvez, uma das funções do pátio: tornar o ambiente da enfermaria habitável. Como tal, tanto a ida ao pátio, quanto à praia podem ser vistas como práticas de liberdade em relações mais que humanas que implicam modos de mitigar o sofrimento dos sujeitos psiquiatrizados.

Considerações finais

Argumentei até aqui que o pátio tornava a enfermaria um lugar habitável, mas o que isso significa? Incluir o pátio e suas criaturas na descrição da vida no hospital psiquiátrico é recusar a reprodução da lógica da espacialização médica da loucura na etnografia. Ingold (2015, p. 215, grifos no original) chama de “lógica da inversão” a forma de conhecimento que “transforma as vias ao longo das quais a vida é vivida em limites dentro dos quais está encerrada. A vida, de acordo com esta lógica, é reduzida a uma propriedade interna de coisas que *ocupam* o mundo, mas, estritamente falando, não o *habitam*”. Em outras palavras, descrever o hospital como um espaço de confinamento é abstraí-lo da malha de relações que o coconstitui concretamente. “Os lugares”, diz Ingold (2015, p. 220), “são delineados pelo movimento, e não pelos limites exteriores do movimento”. As pessoas internadas na enfermaria não *ocupam* um espaço, mas *habitam* um lugar transformando-o. Durante sua estadia, elas criam laços e modos de existir com outras criaturas em malhas de relações mais que humanas. Acreditar que a vida desses sujeitos foi interrompida com o encarceramento e continuará apenas quando forem desinternados é desconsiderar seus movimentos *ao longo* da internação psiquiátrica. O pátio é testemunha desse processo de habitação.

Crises, psiquiátricas ou climáticas, levam a vida ao limite e podem, inclusive, conduzi-la ao autoextermínio¹⁵. Não sabemos até quando, em terras brasileiras, se insistirá

15 Timothy Morton (2023, p. 86) demonstra como há na experiência ecológica uma dimensão psicológica que lhe é imanente, de modo que “Quanto mais consciência ecológica temos, mais experimentamos o incômodo”, pois “Não há experiência ecológica lisa, plana e imediata. Tudo é curvo. [...] Se não levarmos em conta esse incômodo, estaremos só tentando nos encaixar dentro de um molde que não cabemos”. Em outras palavras, se a crise (psíquica ou climática) é inevitável, precisamos aprender a percorrê-la e não, simplesmente, negá-la, por mais aterrorizante que ela nos pareça.

no modelo da internação hospitalar como principal alternativa para pessoas em “crise psiquiátrica” intensa, tampouco sabemos até quando se conseguirá ignorar o já inevitável colapso climático e seu impacto sobre a vida terrestre. O que podemos saber, no entanto, é que não precisamos aguardar pacientemente grandes soluções científicas ou políticas para responder às crises psíquica e ambiental. Como afirma a escritora Maggie Nelson,

nós não vamos ou podemos escapar das limitações que constituem os parâmetros de nossa existência mortal, tais como nossa necessidade por água, comida, ar, abrigo, e amor, tampouco eu vejo algum motivo para querermos fazê-lo. Aceitar e lidar com essas limitações, ao invés de esperar sermos liberados delas por uma solução tecnológica, intervenção divina, ou qualquer coisa que o valha, demanda um conceito de liberdade mais sensível e, alguns podem dizer, mais maduro (Nelson, 2021, p. 183-184).

Talvez insistir que pacientes psiquiátricos têm direito à liberdade do pátio ou que precisamos incluir em nossas descrições etnográficas seres que foram negligenciados pareça um passo pequeno demais para questões demasiadamente complexas. Contudo, esse duplo esforço, político e científico, nos permite considerar a ética do cuidado como peça fundamental para reabilitar, ou melhor reabitar, qualquer noção de futuro em um mundo desesperançado. Ainda com Nelson (2021, p. 210), o cuidado sustenta uma “relação com a futuridade: você alimenta alguém para que ela não cresça malnutrida; você trata uma ferida para que ela não se infeccione; você rega sementes para que elas cresçam” e, por isso, “ao cuidar, o tempo é dobrado: se está lidando com os efeitos das ações passadas, tentando mitigar o sofrimento presente, e fazendo o que se pode para reduzir ou obviar o sofrimento futuro, tudo isso de uma só vez”. Uma atenção ecológica ao cuidado nos obriga a considerar o entorno como condição fundamental da habitação na qual tempo e movimento se constituem mutuamente na malha de relações mais que humanas e produzem a vida como duração. Enquanto existir habitabilidade, haverá vida e formas de conhecê-la.

Referências

Agostinetto, Dirceu; Fontana, Lisiane C., Dal Magro, Taisa; Ulguim, André da R. & Canto-Dorow, Thais S. do S. do. (2016). Levantamento de espécies de *Digitaria* (“milhã”) em áreas de cultivo agrícola no Rio Grande do Sul (Brasil). *Revista Brasileira de Biociências*, Porto Alegre, 14(1), pp. 1-8.

Angermeyer, Matthias C.; Holzinger, Anita; Matschinger, Herbert (2010). Emotional reactions to people with mental illness. *Epidemiologia e Psichiatria Sociale*, 19 (1), pp. 26-35.

Associação Brasileira de Estudo das Abelhas (A.B.E.L.H.A.) (2020). *Abelhas sem ferrão*. A.B.E.L.H.A. São Paulo. Disponível em: <https://abelha.org.br/abelhas-sem-ferrao/>. Acesso em: 7 mai. 2024.

Barrett, Robert J (1998a). Conceptual Foundations of Schizophrenia: I. Degeneration. *Australian & New Zealand Journal of Psychiatry*, 32 (5), pp. 617-626.

____ (1998b). Conceptual Foundations of Schizophrenia: II. Disintegration and Division. *Australian & New Zealand Journal of Psychiatry*, Melbourne, 32 (5), pp. 627-634.

Collins, Patricia H. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Deleuze, Gilles & Parnet, Claire (1989). *O abecedário de Gilles Deleuze*. Realização de Pierre-André Boutang, produzido pelas Éditions Montparnasse, Paris. Acessado em 16 de maio de 2025. Disponível em: <https://askesis.hypotheses.org/918>.

Despret, Vinciane (2021). *O que diriam os animais?*. São Paulo: Ubu Editora.

Ey, Henri (2006). *Études Psychiatriques: Volume I, Tomes I & II*. Perpignan: Cercle de Recherche et d'Édition Henri Ey (CREHEY).

Fanon, Frantz & Asselah, Slimane (2020). O fenômeno da agitação no meio psiquiátrico: considerações gerais, significado psicopatológico. In: Fanon, Frantz. *Alienação e liberdade: Escritos psiquiátricos* (pp. 129-141). São Paulo: Ubu Editora.

Foucault, Michel (2006). *O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo: Martins Fontes.

____ (2010a). *História da loucura: na Idade clássica*. 9 ed. São Paulo: Perspectiva.

____ (2010b). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 38ª ed. Petrópolis: Vozes.

____ (2012). 1984 — A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In Foucault, Michel. *Ditos e escritos, volume V: Ética, Sexualidade, Política* (pp. 258-280). 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

____ (2013). As heterotopias. In Foucault, Michel. *O corpo utópico; As heterotopias* (pp. 19-30). São Paulo: n-1 edições.

Franco, Túlio Maia (2025). *“Pessoas de linha”: etnografia da experiência anormal*. Tese de Doutorado, PPGSA/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Grinker, Roy Richard (2021). *Nobody's Normal: How Culture Created the Stigma of Mental Illness*. New York: W. W. Norton & Company.

Haraway, Donna (2021). *O manifesto das espécies companheiras: Cachorros, pessoas e alteridade significativa*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

____ (2022). *Quando as espécies se encontram*. São Paulo: Ubu Editora.

____ (2023). *Ficar com o problema: fazer parentes no chthluceno*. São Paulo: n-1 edições.

Ingold, Tim (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18(37), pp. 25-44.

____ (2015). *Estar vivo: Ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis: Editora Vozes.

____ (2020). *Antropologia e/como educação*. Petrópolis: Vozes.

____ (2021). *Correspondences*. Cambridge; Medford: Polity Press.

____ (2022a). *Linhas: uma breve história*. Petrópolis: Editora Vozes.

____ (2022b). *Imagining for Real: Essays on Creation, Attention and Correspondence*. Abingdon; Nova Iorque: Routledge.

Leal, Luiz Gonzaga Pereira (1994). Entrevista com Nise da Silveira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 14(1-3), pp. 22-27.

Le Breton, David (2016). *Antropologia dos Sentidos*. Petrópolis: Vozes, 2016.

Morton, Timothy (2023). *O pensamento ecológico*. São Paulo: Quina.

Moten, Fred; Harney, Stefano (2024). *Sobcomuns: Planejamento fugitivo e estudo negro*. São Paulo: Ubu Editora.

Nelson, Maggie (2021). *On Freedom: Four Songs of Care and Constraint*. Minneapolis: Graywolf Press.

O Globo (2019). *Conheça os sabiás que podem ser encontrados no Brasil*. O globo. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/especiais/noticia/2019/01/21/conheca-os-sabias-que-podem-ser-encontrados-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 7 mai. 2024.

Pastori, Érica Onzi (2023). Companheiras indispensáveis: abelhas em crise, imaginário distópico e antropologia no Antropoceno. *Horizonte Antropológico*, 29(66), pp.1-25.

Pavão, Luna Castro (2015). Volteios e ziguezagues: uma leitura antropológica sobre o vínculo animalhumano na Equoterapia. *R@U*, 7(1), pp. 211-229.

Puig de la Bellacasa, María (2017). *Matters of Care: Speculative Ethics in More than Human Worlds*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Safatle, Vladimir (2019). Crítica da autonomia: liberdade como heteronomia sem servidão. *Discurso*, 49(2), pp. 21-41.

Sanchez, Gabriel (2019). “A Natureza deles é dentro da Gaiola”: Notas Sobre Percepções de Mundos Possíveis na Prática da Canaricultura. *Revista Florestan*, 7, pp. 21-33.

Schönfelder, Mona Lisa; Bogner, Franz Xaver (2017). Individual perception of bees: Between perceived danger and willingness to protect. *PLoS ONE*, 12(6), pp. 1-16, 29.

Teixeira, Ivana (2016). Relações interespecíficas de cuidado no sistema de saúde convencional brasileiro: uma análise antropológica sobre a dinâmica da zooterapia. *Iluminuras*, 17(42), pp. 390-424.

Thomas, Keith (1988). *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras.

Tsing, Anna Lowenhaupt (2019). *Viver nas ruínas: paisagens multiespécie no Antropoceno*. Brasília: IEB Mil Folhas.

Vander Velden, Felipe (2015). Apresentação ao Dossiê. *R@U*, 7(1), pp. 7-16.

Von der Weid, Olivia (2017). Provincializar a visão: esboço para uma abordagem metodológica. *Teoria e Cultura*, 11(3), pp. 131-144.

____ (2021). Passo a Dois: percepção tátil-cinética na mobilidade com cão-guia. *Ilha*, 23(1), pp. 127-152.

Willerslev, Rane (2004). Not animal, not *not*-animal: hunting, imitation and empathetic knowledge among the Siberian Yukaghirs. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 10(3), pp. 629-652.

Recebido em 16 de maio de 2025.
Aceito em 29 de setembro de 2025.

Entre sabíás e arraias: etnografia multiespécies do pátio de uma enfermária psiquiátrica

Resumo

No presente artigo, estou interessado em mostrar como pessoas internadas na enfermária masculina de um hospital psiquiátrico se relacionam com outras criaturas que coabitam esse espaço. Utilizando-me do conceito de “espécies companheiras”, introduzido por Donna Haraway (2021, [2003]), pretendo analisar de que modo as parcerias mais que humanas, no pátio de uma enfermária psiquiátrica, pode nos ajudar a pensar nas possíveis relações entre “loucura” e “animalidade”. Por fim, proponho que refletir sobre o pátio e suas criaturas nos leva a novas formas de se conceber a liberdade em tempos de crise. De um “espaço de vigilância” para um “lugar habitado”, o pátio pode ser redefinido como uma abertura no interior do regime disciplinar do hospital, relativizando o fechamento que lhe é característico.

Palavras-chave: Espécies Companheiras; Pacientes Psiquiátricos; Cuidado; Liberdade.

Between thrushes and stingrays: multispecies ethnography of a psychiatric ward courtyard

Abstract

In this paper, I am interested in showing how people hospitalized in the male ward of a psychiatric hospital relate to other creatures that inhabit this space. Using the concept of “companion species”, introduced by Donna Haraway (2021, [2003]), I intend to analyze how partnerships between more-than-humans in the courtyard of a psychiatric ward can help us think about the possible relationships between “madness” and “animality”. Ultimately, I suggest that reflecting on the courtyard and its inhabitants opens up new ways of conceiving freedom in times of crisis. From a “space of surveillance” to an “inhabited place”, the courtyard can be redefined as an opening within the hospital’s disciplinary regime, relativizing the closure that characterizes it.

Keywords: Companion Species; Psychiatric Patients; Care; Freedom.